

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**Referência:** Pregão Eletrônico n.º 009/2025 – NLC/PRES

**Objeto:** Contratação de empresa para execução de trabalho de Auditoria independente será realizado por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis n.º 11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei n.º 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme mencionados a seguir no item 6.1 deste Termo de Referência. Serão três Relatórios de Auditoria Independente trimestrais e um Parecer Anual relativos às demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, necessárias à prestação de contas intermediárias e do exercício financeiro, que deverão guardar sincronia com a Lei n.º 6.404/1976, e suas alterações, Lei n.º 13.303/2016, Art. 7º, com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF – aprovado pela Resolução n.º 296, de 15 de setembro de 2016, Art. 184 e com a Instrução Normativa TCDF n.º 02, de 17 de novembro de 2016, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. O Pregão Eletrônico n.º 009/2025 – NLC/PRES teve seu edital publicado em 11 de abril de 2025, com a abertura do certame prevista para 13 de maio de 2025, às 9 horas. Tendo em vista a alteração

conforme Errata nº 01 (169877684) a sessão foi adiada para o dia 30 de maio de 2025, às 9h, conforme novo Edital (170154667).

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº (171385404).

## 2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

## 3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1. A fundamentação fornecida pela parte requerente engloba o tópico abaixo, que foi respondido pela área demandante (171402485), conforme exposto:

Questionamento	Resposta
Com relação às exigências de certidões fiscais, desconhecemos a certidão exigida no item 7.3.2.4. O item 7.3.2.7 traz outra exigência de Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional e Procuradoria da Fazenda Federal, na qual entendemos que envolve a regularidade do INSS/Previdenciário, de modo que supre a exigência do item 7.3.2.4. Estamos corretos em nosso entendimento?	<p>Sua interpretação está correta. A Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abrange tanto a regularidade previdenciária (INSS) quanto a regularidade fiscal em relação aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.106/2007.</p> <p>Resumo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Item 7.3.2.4: Exige comprovação de regularidade previdenciária (INSS).</li><li>- Item 7.3.2.7: Exige a Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) da PGFN, que já inclui a verificação da regularidade fiscal federal (tributos, contribuições e dívida ativa), além da regularidade previdenciária.</li></ul> <p>Portanto, a certidão exigida no item 7.3.2.7 (PGFN) substitui e supre a exigência do item 7.3.2.4, pois consolida todas as informações fiscais e previdenciárias em um único documento.</p>

3.2. É o breve relatório.

## 4. CONCLUSÃO

4.1. Diante das informações apresentadas, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. O atendimento ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgado nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 22/05/2025, às 15:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=171410592](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=171410592) código CRC= **7D7E7E03**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

---

00112-00003135/2025-53

Doc. SEI/GDF 171410592